Página 13

PT

Nº 156 SETEMBRO/2016

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO SOC...

GREVE GERAL

Nenhum Direito a Menos!

Fora Temer!

Diretas Já

Constituinte Exclusiva para a Reforma Política

Foto: Rovena Rosa/ Agência Brasil

EDITORIAL

Em defesa de Lula e do PT, congresso já

O indiciamento de Lula, baseado nas "convicções" mas não em provas, confirma que o impeachment de Dilma era apenas parte de uma ofensiva mais ampla, cujos alvos são Lula, o PT e o conjunto da esquerda brasileira.

Apesar disto, a ficha ainda não caiu para importantes setores da esquerda brasileira. O que inclui aqueles setores que se acham de ultraesquerda, para quem o principal continua sendo atacar o PT. E vai até aqueles setores que se diziam moderados, que hoje escondem a estrela do Partido e mudam a cor de suas camisas e panfletos.

Também por isto defendemos a realização imediata de um congresso plenipotenciário do Partido dos Trabalhadores. É preciso tirar todas as consequências da constatação de que sofremos uma derrota estratégica, da qual decorre um período de defensiva estratégica nossa e de ofensiva estratégica deles.

O conteúdo da ofensiva estratégica consiste em um novo ciclo neoliberal, no realinhamento internacional do Brasil, no afastamento da integração regional e dos BRICS, na redução de direitos e de salários diretos e indiretos, na redução das liberdades democráticas.

Eles terão sucesso? Quanto tempo esta ofensiva reacionária vai durar?

Não há como saber. Isto dependerá da ação deles, da nossa reação e de fatores objetivos que ninguém controla, tais como a dinâmica da crise econômica nacional, a dinâmica da crise econômica internacional, a situação político-militar internacional, assim como as contradições internas à coalizão golpista.

Entretanto, dure o quanto durar a ofensiva deles, precisamos reorganizar imediatamente nossa atuação e reprogramar imediatamente nossa estratégia. Tendo como questão central reconstruir nossos laços com os diferentes setores da classe trabalhadora, especialmente com a juventude trabalhadora e filha de trabalhadores.

Para reorganizar nossa atuação e para reprogramar nossa estratégia, não basta constatar e/ou explicar a vitória deles, não basta apontar quais são os objetivos estratégicos da ofensiva reacionária, é preciso também caracterizar "aonde foi que nós erramos".

De maneira resumida: eles nos atacaram por nossas virtudes, mas eles tiverem êxito por causa de nossos erros, defeitos, debilidades.

É preciso que sejamos nós, do Partido dos Trabalhadores, os primeiros a apontar com clareza estes erros, defeitos e debilidades. Se nos limitarmos a ficar falando de nossas virtudes, seremos um partido com um grande passado pela frente.

Entre os vários erros cometidos, há um que deve ser destacado: nossa derrota estratégica foi também a derrota de uma estratégia, da estratégia adotada desde 1995 e aprofundada a partir de 2003.

É preciso compreender qual era aquela estratégia, explicando como ela contribuiu ao mesmo tempo para nossas vitórias e também para nossa derrota. Porque nisto reside a "graça" da coisa toda: as virtudes transformam-se em defeito, as fortalezas transformam-se em debilidades, o que nos trouxe até aqui não permitirá seguirmos muito à frente.

A estratégia 1995-2016 era baseada numa certa leitura do capitalismo internacional e da sociedade brasileira. Desta leitura derivava a crença na possibilidade de conciliar, durante um largo espaço de tempo, sem conflitos mais profundos, os interesses do grande empresariado com a elevação do nível de vida da maioria do povo, com a ampliação das liberdades democráticas e com uma política externa "altiva e soberana".

Em decorrência da crença acima, nossos objetivos estratégicos foram deslizando pouco a pouco: do democrático-popular e socialista, para o antineoliberal, para o progressismo "melhorista" e de inclusão social.

Esta última versão foi a que predominou em parte do primeiro governo Lula e em parte do segundo mandato Dilma. Já o segundo mandato de Lula foi marcado por uma inflexão antineoliberal do objetivo estratégico. Em nenhum momento, entretanto, prevaleceu como objetivo estratégico a realização de reformas estruturais, democráticas e populares, articuladas com a luta pelo socialismo.

A estratégia 1995-2016 enfrentou o tema do poder a partir de uma lógica fundamentalmente eleitoral e institucional, segundo a qual ser governo é igual a ter o poder. E como ser governo implica em ganhar eleições, toda a nossa ação política foi mais e mais se concentrando exclusivamente nisto.

Abandonou-se assim a estratégia do V Encontro Nacional, que considerava que ser governo era parte da disputa pelo poder. Para o V Encontro, ser poder exigia acumular forças, construir um forte

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores.
Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.
ISSN 2448-0150-156
Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira/RS, Adriele Manjabosco/RS, Adriana Miranda/DF, Ananda Carvalho/RS, André Vieira/PR, Bárbara Hora/ES, Bruno Elias/DF, Damarci Olivi/MS, Daniela Matos/DF, Eduardo Loureiro/GO, Eleandra Raquel Koch/RS, Eliane Bandeira/RN, Elisa Guaraná/DF, Emílio Font/ES, Fernando Feijão/PI, Giovane Zuanazzi/RS, Gleice Barbosa/MS, Iole Ilíada/SP, Izabel Cristina da Costa/RJ, Ivonete Almeida/SE, Jandyra Uehara Alves/SP, Joel de Almeida/SE, José Gilderlei/RN, Karen Lose/RS, Leirson Silva/PA, Lício Lobo/SP, Múcio Magalhães/PE, Olavo Brandão/RJ, Patrick Araújo/PE, Rafael Tomyama/CE, Rodrigo Cesar/SP, Rosana Ramos/DF, Silvia Vasques/RS, Sônia Fardin/SP, Valteci de Castro/MS, Valter Pomar/SP. Comissão de ética nacional: Ana Affonso/RS, Iriny Lopes/ES, Jonatas Moreth/DF, Júlio Quadros/RS
Edição: Valter Pomar e Emilio C. M. Font **Secretaria Gráfica e Assinaturas:** Edma Walker edmawalker@gmail.com
Endereço para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01019-000 Acesse: www.pagina13.org.br

movimento social, organizar um forte partido militante em aliança com outras organizações democrático-populares, forjar uma cultura política de massas comprometida com mudanças e também conquistar uma forte presença nas instituições de Estado, principalmente através das eleições.

Nestes marcos, nossa presença no governo federal deveria ajudar a construir/conquistar as condições para ser poder, por exemplo: garantindo a influência dos interesses públicos sobre os "mercados", democratizando os meios de comunicação, estabelecendo controle social sobre o aparato de Estado, realizando uma reforma político-eleitoral etc.

Entretanto, como subproduto da maneira estritamente eleitoral e institucional que foi prevalecendo entre nós, na prática não se disputou o poder, deixando nas mãos da classe dominante os meios para influenciar, sabotar e derrubar o governo por nós encabeçado. Dito de outra forma, a via estritamente institucional produziu desacumulo institucional.

No âmbito do programa e da ação de governo, houve uma crescente desidratação e uma "desideologização". A desidratação implicava em não realizar reformas estruturais, nos concentrando em políticas públicas que dependem da tributação, que por sua vez depende do nível de investimento decidido e controlado pelo capital privado.

A "desideologização" implica em retirar o caráter de classe das ações que realizamos: o ponto máximo disto foi dizer que nossa meta seria construir "um país de classe média", o que além de ser uma tolice do ponto de vista sociológico, foi um desastre do ponto de vista político.

Em decorrência disto tudo, se privilegiaram as alianças táticas em detrimento das alianças estratégicas. E no âmbito das alianças táticas, cresceram os compromissos com os inimigos estratégicos (ou que tinham grande potencial para converter-se em, como se viu no caso do vice-presidente golpista).

Além disto, enfraquecemos o peso dos partidos e movimentos sociais, em favor dos governos e mandatos parlamentares. E cresceu o oportunismo tático, como se cada batalha fosse a última e não tivesse vínculo com nossos objetivos de longo prazo.

Pelos motivos apontados – sem prejuízo de outras questões e sem prejuízo de considerar que algum dos motivos tenha tido mais peso que outros— a estratégia que nos ajudou a ganhar quatro eleições presidenciais, que nos ajudou a construir políticas públicas que melhoraram a vida do povo, não foi suficiente para viabilizar transformações estruturais na sociedade brasileira e principalmente não criou as condições para derrotar a reação da classe dominante.

Reação que, aliás, pegou muita gente de surpresa. Especialmente quem acreditava que nossa moderação ia moderar o lado de lá.

Hoje estamos diante do desafio de construir outra estratégia, que seja capaz de enfrentar a nova situação criada a partir de 31 de agosto de 2016. Esta nova estratégia terá que ser formulada sob fogo inimigo. E não pode ser a velha estratégia, apenas corrigida, depurada e customizada. A nova situação exige uma nova estratégia.

Ao mesmo tempo em que enfrenta o governo golpista, defendendo Fora Temer e Diretas Já, ao mesmo tempo que apoia as mobilizações e a greve geral, ao mesmo tempo que ajuda a construir a Frente Brasil Popular e implementa uma dura oposição parlamentar, ao mesmo tempo em que mobiliza a sociedade em defesa da democracia e dos direitos, ao mesmo tempo em que disputa eleições e exerce seus mandatos, o Partido dos Trabalhadores tem que se dispor a estimular, no seu interior e na sociedade, um forte debate de ideias, com ênfase no balanço (1995-2016, 2003-2016, 2015-2016), na análise do capitalismo brasileiro e internacional, na análise das classes e da luta de classes, na formulação da estratégia e do programa.

Este debate de ideias é parte importante da reconstrução dos laços com a maioria da classe trabalhadora urbana, com os camponeses, com a juventude trabalhadora, os negros e negras, as mulheres, o movimento LGBT, os indígenas, a intelectualidade, o mundo da cultura, os diferentes setores sociais que fizeram parte das vitórias de 2002 a 2014, que inclusive se jogaram na luta contra o golpe, mas que com o passar do tempo foram divergindo em maior ou menor medida com as opções feitas por nosso Partido (ou atribuídas a ele), especialmente durante o ano de 2015.

O petismo tem enormes energias. Isto pode ser constado nas ruas, mas também na quantidade de militantes que estão voltando à ativa. Entretanto, a depender de como a direção nacional do Partido atue, estas energias podem ser desperdiçadas e nossa chance de retomada pode ser perdida.

Deste ponto de vista, é temerário que o Diretório Nacional do PT, reunido nos dias 15 e 16 de setembro, tenha decidido adiar para outubro a decisão sobre a convocação imediata de um congresso plenipotenciário do Partido.

Não se trata de um problema de legalidade, nem de datas. Trata-se de um problema político: amplos setores da militância e de nossos simpatizantes querem debater os rumos do Partido e consideram que a atual direção precisa ser profundamente renovada, se quiser enfrentar os desafios presentes e futuros. Esta demanda tende a crescer após as eleições municipais, seja qual for o resultado.

Se a direção nacional responder a esta demanda com adiamentos e artifícios, se continuar atuando de forma a perpetuar as pessoas que atualmente dirigem o Partido, a nossa sobrevivência coletiva estará colocada em questão.

A direção nacional deve convocar um congresso extraordinário, com delegados eleitos livremente nos encontros de base, sem a canga das chapas e listas que hoje são decididas nacionalmente pela cúpula das tendências, sem as distorções eleitoreiras que passaram a caracterizar o chamado "ped", um congresso que possa decidir programa, estratégia, tática e -- caso a maioria dos delegados e delegadas queira isto-- eleger uma nova direção. ★

Os editores

O sentido da greve geral

*Jandyra Uehara**

A primeira greve geral da classe trabalhadora brasileira -- deflagrada em junho de 1917 -- fará 100 anos. Em meio à necessária e urgente retomada deste instrumento de luta para o enfrentamento da ofensiva do grande capital, o movimento sindical deve aproveitar o marco para estudar, refletir e entender a dinâmica da luta de classes no Brasil, aprender com o passado e principalmente construir uma estratégia de enfrentamento à ofensiva capitalista sobre a classe trabalhadora.

Para isto é preciso combater o burocratismo e o corporativismo, investir fortemente em processos de politização, de mobilização e engajamento de milhares de trabalhadoras e trabalhadores em movimentos fortes e combativos, capazes de contribuir para o deslocamento da correlação de forças a favor da classe trabalhadora, criando as condições políticas para defender os direitos e barrar o golpe em curso e retomar os caminhos das mudanças, das reformas estruturais e do socialismo.

A greve geral é um instrumento chave na atual conjuntura.

Durante os anos 1980 e 1990, a CUT convocou sozinha ou em conjunto com outras centrais sindicais uma série de greves gerais que combinaram reivindicações imediatas com políticas em reação aos ataques que atingiram o conjunto da classe diante das manobras do capital e seus governos para retirar direitos, reduzir a massa salarial e impor a conta de sucessivas crises aos trabalhadores e trabalhadoras.

Estamos sob o maior ataque do capital desde o fim da ditadura militar: para reduzir os direitos econômicos e sociais da classe trabalhadora, mantendo os padrões de acumulação e a primazia do capital financeiro, o Congresso Nacional e os aparatos do sistema judiciário atropelaram todas as prerrogativas democráticas, violaram a Constituição e sem qualquer cerimônia conduziram um golpe parlamentar, alimentado cotidianamente pelo oligopólio da mídia, e se utilizam cada vez mais de forte repressão policial e violação de direitos para deter a escalada de reação popular contra o governo golpista de Temer.

O golpe que afastou sem qualquer crime de responsabilidade a presidenta Dilma está sendo combatido por artistas, intelectuais, pelos movimentos populares, pela juventude, pelas mulheres organizadas, pela Frente Brasil Popular e Povo Sem Medo, pela CUT, CTB e Intersindical e segue incorporando milhares de pessoas indignadas diante do grotesco retrocesso que os golpistas impõem ao país.

Trabalhadores/as na primeira greve geral do Brasil-1917

Para colocar a luta num patamar à altura de enfrentar e vencer o grande capital e seus lacaios golpistas, derrotando-os nos seus objetivos estratégicos, preservar os direitos duramente conquistados e retomar o caminho democrático é fundamental que a classe trabalhadora organizada assuma o seu lugar na luta das ruas.

Para mobilizar e conscientizar a maioria da classe colocando-a em movimento é preciso reconhecer e enfrentar os problemas decorrentes do crescente desemprego especialmente no setor industrial; a desconfiança causada pela tentativa de criminalização de Lula e do PT, potencializada pela enxurrada de cotidiano lixo midiático; e enfrentar também a desmobilização e descrédito causados pelo afastamento entre o segundo governo Dilma e o programa democrático eleito por 54 milhões de pessoas.

Desde as primeiras medidas de ajuste fiscal e de retirada de direitos, a CUT compreendeu que a luta pela democracia só teria êxito se articulada com a luta pelos direitos da classe trabalhadora, o que se traduziu em lutar duramente contra a política econômica do governo Dilma, que começou na contramão do programa vitorioso nas urnas e foi abatido pela direita antes que pudesse retomar o caminho dos compromissos firmados em 2014.

Com o golpe, fica claro para aqueles que acreditavam ser possível conciliar com o grande capital que não bastam concessões, pois eles têm absoluta convicção de que é necessário destruir Lula, o PT, enfraquecer os movimentos populares e o movimento sindical combativo. Precisam atacar rapidamente não apenas as conquistas sociais dos governos Lula e Dilma, mas as conquistas da Constituição de 1988, os direitos assegurados pela CLT, para assegurarem a transferência dos recursos públicos para a banca financeira, a entrega das estatais e do pré-sal e da soberania nacional. As provas estão todas aí.

Neste cenário, no final de maio de 2016, a CUT deliberou que "Para derrotar o golpe e sua política neoliberal e entreguista, a CUT, além de todas as manifestações já realizadas, desencadeia agora o processo de preparação de uma greve geral. Continuaremos também nas ruas, em grandes manifestações, ao lado de jovens militantes, de artistas, de personalidades, de partidos políticos e todos os outros segmentos democrático-populares da so-

ciedade com a tarefa prioritária de derrotar o golpe, fazendo ecoar nossas bandeiras de resistência e de luta..."

De lá para cá, são quatro meses nas ruas e de trabalho de articulação e unidade com as demais Centrais e com as Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, mobilização das bases através de debates, plenárias, assembléias, atos, agitação e greves.

A realidade visível da natureza antipopular, regressiva e autoritária do governo golpista desperta cada vez mais rapidamente a disposição de amplos setores da classe trabalhadora para a greve geral. Intensificam-se as greves e a mobilização de importantes categorias com campanha salarial no segundo semestre, a exemplo dos bancários, correios e petroleiros. Enfim, crescem as condições para uma greve geral que derrote o ajuste fiscal e a retirada de direitos, partindo da determinação de que não aceitaremos "NENHUM DIREITO A MENOS".

O Dia Nacional de Paralisação e Mobilização – Esquenta a Greve Geral, convocado para o dia 22 de setembro pelas CUT, demais centrais sindicais, Frente Brasil Popular e Frente Povo sem Medo, é um marco importantíssimo na construção de uma greve geral com potência para barrar o golpe contra a classe trabalhadora e abrir caminho para a retomada da ofensiva na luta de classes.

Empenho máximo na construção da greve geral é a tarefa principal a qual todos e todas devemos imediatamente nos dedicar. ★

★ Nenhum Direito a Menos!
★ Rumo à Greve Geral!
★ Fora Temer!
★ Diretas Já com Constituinte Exclusiva para a Reforma Política.

***Jandyra Uehara** é da Executiva Nacional da CUT e do Diretório Nacional do PT

As mobilizações da primavera

*Lindbergh Farias**

Foto: Edilson Rodrigues/ Agência Senado

Quem ofereceu a melhor definição de Eduardo Cunha e daquele histórico circo dos horrores da sessão do Congresso Nacional do dia 17 de abril, de licença para o Senado admitir processar a presidenta Dilma por crime de responsabilidade, foi o escritor português Miguel Sousa Tavares - "uma assembleia geral de bandidos comandada por um bandido chamado Eduardo Cunha".

Quase cinco meses passados, novamente a assembleia geral se reúne, desta vez para cassar Eduardo Cunha. Rei morto, rei posto, o consenso é arrasador, apenas 10 votos contrários e algumas poucas ausências. Precisamos refletir sobre os acontecimentos de ontem (12/09).

Personagem complexo houve uma centelha fulgurante de verdade no discurso farsesco de Eduardo Cunha na sessão de cassação do próprio mandato, digna dos vilões da corte das tragédias barrocas shakespearianas, de quem Frank Underwood de House of Cards é a mais recente reencarnação dramatúrgica: o reconhecimento de viva voz de ele, Cunha, haver cometido desvio de poder no episódio de abertura do processo de impeachment contra a presidenta Dilma. O desvio de poder foi provado à exaustão pela defesa de Dilma em todas as fases do impeachment, conduzida pelo talento de José Eduardo Cardozo. O insuspeito Miguel Reale Junior, um dos autores da denúncia de impeachment, já havia chamado a acolhida de Cunha de "chantagem explícita". O próprio Supremo Tribunal Federal admitiu o desvio de poder quando decidiu suspender Cunha do cargo de presidente da Câmara. De nada adiantaram as provas, os senadores fizeram ouvidos de mercador. Naquela sessão, mais uma vez, ficou comprovado que Dilma não cometeu crime de responsabilidade e foi vítima de uma trama servida no prato frio da vingança.

Assim falou Cunha: "Alguém tem dúvida de que, se não fosse a minha atuação, teria havido processo de impeachment? Alguém tem dúvida de que, se eu não houvesse autorizado, teria havido impeachment? Alguém tem dúvida de que, se eu não tivesse conduzido a votação, teria havido impeachment? Alguém tem alguma dúvida disso aqui nesta Casa?" Não há dúvida.

Também não há dúvida que Cunha, antes de cometer um ato isolado, agiu em companhia. Ironia do destino, o personagem central nas conspirações do establishment político pelo impeachment na Câmara - que visava estancar o aprofundamento das investigações da Lava Jato -, teve a cabeça a prêmio pelos bons companheiros do PSDB, DEM, PPS, o "Centrão" e o PMDB. No Senado, o principal personagem da conspiração, Romero Jucá, aquele que disse ser preciso "estancar essa sangria", nas gravações da delação premiada de Sérgio Machado, continua incólume.

Michel Temer e seus asseclas palacianos quebraram a cara. Certamente imaginavam em seus cálculos de cinismo que, passada a tempestade do golpe parlamentar do impeachment, as mobilizações da sociedade de resistência ao golpe, refluiriam.

A cassação de Cunha tem a serventia de revelar um dos aspectos fundamentais da "natureza" do golpe de Estado brasileiro. Embora, estruturalmente, o impeachment de Dilma tenha sido um golpe de classe cometido principalmente pela grande burguesia, o fato de a ação do processo político-jurídico formal ter se dado no circuito fechado do parlamento lança uma lupa gigantesca sobre as personalidades individuais. Não chega a ser uma novidade analítica. Tanto nos golpes dos dramas das cortes shakespearianas como na narrativa de Marx do golpe do 18 de Brumário de Luís Bonaparte, a ação individual - operando como máscaras das lutas de classes -, são fundamentais.

Depois do inverno do golpe, chegam as mobilizações da primavera. O novo poder se assentou, tem o apoio das classes dominantes e da mídia, mas ainda não se estabeleceu (se é que se estabeleça) uma hegemonia social de massas em apoio ao governo. O novo poder se ressente da força de uma vontade coletiva. Falta-lhe a legitimidade popular, tanto que o governo Temer e o programa de reformas neoliberais patinam nas águas da impopularidade em todas as pesquisas recentes. Além do mais, Temer e o PMDB de um lado, PSDB e DEM de outro, começaram a se desentender, no ritmo de execução da estratégia de reformas neoliberais e na tática, o que pode vir a ser uma reserva indireta importante em nossa luta.

Michel Temer e seus asseclas palacianos quebraram a cara. Certamente imaginavam em seus cálculos de cinismo que, passada a tempestade do golpe parlamentar do impeachment, as mobilizações da sociedade de resistência ao golpe, refluiriam. Para ser executada, a agenda neoliberal esboçada no documento "Uma ponte para o Futuro" requisita certa dose de niilismo histórico e consenso passivo: os partidos institucionais iriam cuidar das eleições municipais e as novas massas - principalmente a juventude -, bem como os movimentos sociais curtiriam uma temporada regulamentar de sumiço visando lamber as feridas da derrota.

Sucedeu exatamente o contrário. Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e do Supremo, Ricardo Lewandowski - reiterando a triste tradição brasileira de participação das instituições da República nos golpes de

Estado - empossaram Temer em 31 de agosto (quarta-feira). A partir do marco da posse de Temer, desatou uma vertigem de acontecimentos em galope. No mesmo dia começaram a espocar em várias partes do país - principalmente em São Paulo -, com fortes doses de saudável espontaneísmo, os protestos de "Fora Temer". No dia 2 de setembro (sexta-feira), as massas e os movimentos ocuparam em passeata a Avenida Paulista. A polícia de Alckmin reprime a passeata violentamente, fazendo uso descomunal da força, com o nítido propósito dissuasório de "mostrar a que veio", inibir o aumento da participação popular em novas manifestações e "vencer pelo medo".

As ações truculentas da política contra as mobilizações de massas expressam o ovo da serpente de uma tentativa de criminalização dos movimentos sociais (poucos se lembram que no momento há dois presos políticos em Goiás, enquadrados na lei antiterrorismo), bem como reorganizar em um novo patamar os aparelhos de segurança do Estado (não é à toa que um agente da Polícia do Exército foi preso infiltrado numa das manifestações recentes em São Paulo).

A desobediência civil espontânea está em temporada de alta estação. As massas não abandonaram mais as ruas. Nem perderam a oportunidade de vaiar Temer onde quer ele desse o ar de sua graça. No dia 4, domingo, na Paulista e em várias outras avenidas brasileiras, multidões se fizeram presentes, gritando "Fora Temer". Novamente, em São Paulo, a polícia do Alckmin mostrou as garras. De nada adiantou. No dia 7 (terça-feira), data da independência, Temer foi vaiado no desfile em Brasília e, na noite do mesmo dia, na abertura dos Jogos Paralímpicos no Rio de Janeiro. Sexta-feira 10 foi a vez de Belo Horizonte. No último domingo 11, a Paulista voltou a encher. E no dia 22, os trabalhadores, através da CUT e outras centrais sindicais, prometem para o Brasil em uma paralisação com mobilizações, rumo a uma futura greve geral (a última aconteceu em 1988, em protesto contra o Plano Cruzado II).

Some-se a tudo isso, as sessões de cinema de Aquarius, extraordinário filme de Kleber Mendonça Filho, ao fim das quais as platéias costumam gritar em coro uníssono - Fora Temer! Em plena ditadura, o poeta Augusto de Campos criou o poema-concreto VIVA A VAIA! Nunca a vaia esteve tão atual como nos dias de hoje.

Não há dúvida que tabela da combinação

da repressão em São Paulo e as declarações desastrosas de Temer, desdenhando dos protestos, proferidas sábado, 3 de setembro, em Hangzhou (China) na reunião do G-20 ("são pequenos grupos, parece que são grupos mínimos (…) são 40, 50, 100 pessoas, nada mais do que isso"), atuaram no sentido de pôr mais lenha na fogueira. A soberba é má conselheira, nunca é correto subestimar os adversários em política. Mesmo se fossemos "grupos mínimos" (e não somos), a grande questão é se eles expressam a potência de se transformar em milhões.

As ações truculentas da política contra as mobilizações de massas expressam o ovo da serpente de uma tentativa de criminalização dos movimentos sociais

Deu efeito contrário ao pretendido pelos estrategistas do Planalto, entre os quais avulta o marqueteiro sem noção da nova ordem, de nome Elsinho Mouco (sic). As bravatas de Temer na China fazem lembrar os acontecimentos do impeachment de Collor (1992), quando o ex-presidente subestimou as primeiras mobilizações estudantis e conclamou os apoiadores do governo a saírem às ruas trajando verde amarelo. Resultado: no primeiro domingo após a declaração, as ruas foram tomadas de preto. Começava o movimento dos "Caras Pintadas". Agora, começou um formidável movimento pela deposição do presidente golpista, certamente de prazo mais longo e mais complexo - e tudo indica mais radical -, que o movimento de deposição de Collor. Este novo movimento ensaia os primeiros - mas vigorosos - passos nesta primavera de 2016. Já somos milhares nas ruas. As mobilizações de milhões não tardarão.

O principal combustível das novas mobilizações encontra-se no próprio programa do golpe. Após a posse de Temer, o programa "Uma Ponte para o Futuro" passou da letra fria de um texto escrito para a concretude das ações. Muita gente começou a se arrepiar. Temer e seus ministros precisam retribuir o grande capital, dizendo se vieram para valer. A melhor síntese recente está nas declarações do ministro do trabalho, Ronaldo Nogueira, defendendo de jornadas de trabalho de 12 horas - portanto, o retorno a um novo escravismo. A sociedade - mesmo segmentos desavisados que apoiaram o golpe -, começam a compreender que o governo Temer chegou para acabar em definitivo com os direitos do contrato social brasileiro, expresso nas heranças da CLT de Vargas, da Seguridade Social da Constituição de 1988 e nos programas transferência de renda e aumento real de salários dos governos de Lula e Dilma. A ficha do povo brasileiro começou a cair. Isto é só o começo.

Fica a cada dia mais cristalino que o golpe não foi somente contra Dilma e seu governo. Na verdade, a regressividade elitista em curso pretende suprimir a possibilidade da vontade coletiva de uma força popular se exprimir através um líder carismático como Lula e um partido político de massas como o PT abrir brechas no nosso oligarquizado sistema político. É muito grave o que pretendem fazer: trata-se de congelar o sistema político, torná-lo impenetrável às forças dinâmicas da sociedade, a exemplo do que foi o Brasil no Segundo Império (1840-1889) e na República Velha (1889-1930). Enfim, pretendem perpetuar, por assim dizer, o partido das estruturas vetando a passagem plebiscitária do bloco do partido da mensagem.

As tentativas nesta direção estão sendo dados na conspiração de inabilitação dos direitos políticos de Lula, impossibilitando o maior líder popular brasileiro contemporâneo de concorrer às eleições presidenciais de 2018. Depois, se a manobra de aplicar um cartão vermelho em Lula não for exitosa, resta tirar um último coelho na cartola: a chamada "solução parlamentarista", que definitivamente selaria o domínio de nosso sistema político pela plutocracia econômica e as carcomidas oligarquias regionais, ou seja, a nova e a velha corrupção.

Erva daninha não desaparece sozinha. Por isso, fora Temer! ★

***Lindbergh Farias** é senador da República (PT-RJ)

Tropa de Ocupação

Repressão brutal às manifestações contra Temer indica atualidade da bandeira de desmilitarização das PMs

Pedro Pomar*

Num dos primeiros atos públicos realizados contra o golpe em curso, alguns oradores, intelectuais proeminentes, manifestaram surpresa com o fato de que a democracia, que até pouco antes consideravam "consolidada", na verdade mostrava-se frágil diante das articulações que corriam soltas no aparelho de Estado. Agora que a primeira etapa do golpe (o impeachment de Dilma Rousseff) consumou-se, mas ao mesmo tempo, paradoxalmente ou até por causa disso, crescem as manifestações contra Temer, o campo progressista e popular vê-se diante de brutal repressão exercida pelas Polícias Militares. Havendo, uma vez mais, quem se surpreenda com isso.

A verdade é que as PMs são a tropa de ocupação deixada pelas Forças Armadas, quando do retorno destas aos quartéis, ao final da Ditadura Militar, em 1985. Ainda que a existência das PMs seja anterior a 1964, havendo menção a elas na Constituição Federal de 1946, e ainda que os antigos corpos policiais das unidades da federação tivessem no seu "DNA", a serviço das oligarquias, a feroz repressão às rebeliões populares (como Canudos e Contestado) e às "classes perigosas" em geral, o fato incontestável é que a Ditadura Militar transformou as PMs em algo ainda mais perigoso: máquinas de extermínio.

As PMs operam diuturnamente contra o "inimigo interno", os suspeitos de sempre: negros e pobres moradores de favelas e periferias urbanas sujeitos a uma rotina de humilhações e a uma escala de violências que pode chegar facilmente à tortura e à eliminação física. Eventualmente os mesmos policiais militares que "tocam o terror" nas periferias numa determinada noite são destacados, no dia seguinte, para reprimir manifestações políticas e movimentos sociais. É a outra face do "inimigo interno": os antigos "subversivos", que continuam a ser filmados pelo Serviço Reservado da PM (P2), mas que normalmente têm uma sorte melhor do que a turma da periferia, pois possuem maior visibilidade política e social.

Reintegraçaõ de posse do Centro Paula Souza, SP, Foto: Lina Marinelli

Em 1967, sendo Costa e Silva o ditador de plantão, a Ditadura Militar definiu as PMs como "forças auxiliares" do Exército e subordinou-as a uma Inspetoria Geral (IGPM), sob comando de um general de brigada, e os comandantes estaduais das PMs tinham de ser obrigatoriamente oficiais superiores do Exército (geralmente coronéis), o que vigorou até o início da década de 1980.

Pior: praças e oficiais das PMs passaram a integrar os centros de investigação e tortura mantidos pelo Exército: os DOI-CODI. O livro A Casa da Vovó, de Marcelo Godoy, ilustra o protagonismo de diversos policiais militares a serviço do DOI-CODI do II Exército (hoje Comando Militar Sudeste) em casos de tortura e assassinato de militantes de esquerda.

A PM que possui o maior contingente do país é a de São Paulo, onde somente surgiu como tal em 1970, como resultado da fusão da Força Pública com a Guarda Civil, determinada por um decreto da Ditadura Militar. A PM-SP é uma poderosa corporação, "um Estado dentro do Estado", como afirma um oficial da reserva. Tem mais de 100 mil soldados, executa mais de 800 pessoas por ano — num país onde a pena de morte formalmente não existe — e gera mensalmente cerca de 700 queixas graves encaminhadas à Ouvidoria de Polícia, na sua maioria casos de agressões e constrangimento ilegal cometidos por policiais militares contra populares.

No processo constituinte de 1988, o Ministério do Exército, então nas mãos do general Leônidas Pires (ex-chefe do DOI-CODI do II Exército), pressionou os parlamentares para que o arcabouço legal da repressão deixado pela Ditadura Militar fosse mantido intacto, inclusive o status das PMs. Por isso, até hoje as PMs são formalmente subordinadas ao Exército, e a P2 é teoricamente subordinada ao Serviço Reservado do Exército (S2). Não espanta, portanto, que o agente "Balta", capitão do Exército infiltrado em manifestação contra Temer em São Paulo e "detido" pela PM, tenha sido rapidamente liberado por seus captores ao passo que os jovens que ele delatou foram mantidos incomunicáveis por longas horas.

Assim, quando a Ditadura Militar oficialmente terminou, as Forças Armadas saíram de cena mas deixaram um poderoso instrumento de controle da "ordem pública". Coube às PMs, desse modo, um

Foto: Paulo Pinto/ AGPT

Foto: Paulo Pinto/ AGPT

duplo papel: difundir o terror nas periferias, mostrando aos pobres o lugar que lhes cabe na ordem social vigente; e incumbir-se da repressão política ao movimento sindical, aos movimentos sociais e partidos de esquerda.

A escala genocida dos homicídios praticados pelas PMs, especialmente as do Rio de Janeiro e São Paulo, que fez delas as forças policiais mais letais do mundo, demonstra a existência no Brasil de um Terrorismo de Estado sui generis, que não tem origem no poder central (a União) e sim nas unidades da federação (os Estados). Um Terrorismo de Estado que conta com a orientação e estímulo de governadores estaduais e que vem adotando métodos típicos do fascismo e das ditaduras militares latinoamericanas, tais como ações clandestinas levadas a cabo por policiais descaracterizados e encapuzados (grupos de extermínio) e o ocultamento ou desaparecimento de vítimas, cujo emblema maior talvez seja o caso Amarildo, humilde pedreiro torturado até a morte, por cruel ironia, numa UPP ou "Unidade de Polícia Pacificadora" da PM -RJ, e cujo corpo permanece desaparecido.

Uma típica política de extermínio foi a chamada "gratificação faroeste", criada em 1995 no Rio de Janeiro pelo general Nilton Cerqueira, então secretário de Segurança Pública do governo Marcello Alencar (PSDB), e que consistia em bonificações para policiais matadores. (Cerqueira, recorde-se, comandou a execução de Carlos Lamarca em 1971. Esteve envolvido com o atentado ao Riocentro, em 1981, conforme denúncia do tenente-coronel paraquedista Dickson Grael). Em São Paulo, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) frequentemente faz declarações de apoio a execuções praticadas por policiais militares, por exemplo: "Quem não reagiu está vivo".

A matança de quatro centenas de cidadãos paulistas em maio de 2006, em retaliação ao assassinato de policiais por uma facção criminosa (PCC), permanece impune até hoje, com a conivência do Ministério Público Estadual e do Ministério Público Militar. Na última década, sucedem-se as chacinas em bairros pobres, praticadas por grupos de extermínio. Os alvos não raramente são escolhidos de modo aleatório.

12/08/2016- São Paulo- SP, Brasil- Famílias das vítimas das chacinas nas cidades de Osasco, Itapevi e Barueri, a organização não governamental Rio de Paz fez um ato no vão-livre do Masp. Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil.

A "Chacina de Osasco e Barueri", que resultou no assassinato de pelo menos 18 pessoas numa única noite, completou um ano em 13 de agosto de 2016 sem que seus autores, sabidamente policiais militares, tenham sido identificados (ou dados a conhecer). O governador Alckmin não se incomoda com o fato e seu secretário de Segurança Pública, embora não tenha apurado o crime, tornou-se ministro da Justiça do governo ilegítimo.

Deve-se compreender que, com tal histórico e tal liberdade de atuação, não seja difícil a um soldado ou oficial da tropa de choque decidir atirar com balas de borracha no rosto de jornalistas e manifestantes, embora o manual dessa arma indique exclusivamente tiro nas pernas (se alguém ficar cego e resolver processar o Estado, como já ocorreu, não há problema: o Judiciário trata de lembrar à vítima, gentilmente, que ela estava em lugar errado). Ou agredir advogados. Ou, sem a menor necessidade, borrifar spray de pimenta numa aglomeração, pouco importando se há crianças, idosos ou grávidas no local.

De tudo isso resulta a atualidade da bandeira de desmilitarização ou extinção das Polícias Militares, conforme reivindicado pelos movimentos sociais e recomendado tanto pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), no seu relatório final, como pela Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU).

Cada execução praticada pelas PMs é um assassinato político, cada Amarildo sumido é um desaparecido político. Cada humilhação ou espancamento de populares por policiais militares, seja numa ocupação dos sem-teto ou nos distantes rincões das periferias das grandes cidades, é um gesto político, uma faceta do Terrorismo de Estado, tanto quanto uma reintegração de posse em fazenda ocupada por trabalhadores sem-terra ou o ataque a manifestantes pacíficos. A existência da instituição PM é a maior prova de que ainda não temos democracia no Brasil — nem mesmo a democracia liberal clássica. ★

Pedro Pomar é jornalista e militante do Partido dos Trabalhadores

O Museu e a luta de classes

*Paulo Fontes**

São Bernardo do Campo é, provavelmente, a cidade que melhor representa o desenvolvimento industrial moderno em nosso país. Desde os anos 1950, quando ali foram instaladas diversas montadoras automobilísticas, entre várias outras fábricas de ponta, São Bernardo adentrou o imaginário nacional como a "capital do automóvel", um símbolo do progresso fabril e de uma nova era de desenvolvimento da nação. Ao longo das últimas seis décadas, a "Detroit brasileira" sintetizou muitas das esperanças, frustrações e desafios do capitalismo brasileiro neste período.

Mas, São Bernardo do Campo também é nacional e internacionalmente conhecida pelas lutas sociais desenvolvidas por seus trabalhadores. As famosas greves do ABC paulista no final da década de 1970 e início de 80 tiveram a cidade como epicentro e foram fundamentais para o processo de redemocratização do país com repercussões na vida social e política brasileira até os dias de hoje. Berço do chamado "novo sindicalismo", São Bernardo tornou-se, para muitos, sinônimo de uma nova era de democracia, participação e justiça social.

No entanto, é importante lembrar que tanto São Bernardo, quanto a região do ABC como um todo, possuem uma longa história de industrialização que precede em muito os anos 1950. Pequenas e médias tecelagens, oficinas moveleiras, cerâmicas, e fábricas alimentícias, entre outras, passaram a dominar o cenário da região desde o final do século XIX. Também foi precoce a presença de grandes multinacionais como a Rhodia e Pirelli em Santo André e a General Motors em São Caetano do Sul.

Essa pujança industrial atraiu ao longo do tempo milhares de trabalhadores nas várias levas migratórias internacionais e nacionais que marcaram o desenvolvimento econômico do país e da região. Paralelamente, uma longa e importante tradição de organização política e lutas sociais vem caracterizando a população do ABC paulista desde muito antes dos anos 1970. Santo André, por exemplo, foi a primeira cidade brasileira a eleger um prefeito operário em 1947, o líder comunista Armando Mazzo, cassado antes mesmo de tomar posse.

Por todas essas razões, poucos lugares são tão adequados em nosso país para a construção de um Museu do Trabalho e dos Trabalhadores (MTT), antigo sonho daqueles preocupados com a memória e história social no Brasil.

Há cinco anos, em sua primeira gestão como prefeito da cidade, Luiz Marinho resolveu levar à frente este projeto. O conceituado escritório da Brasil Arquitetura concebeu um edifício arrojado para abrigar o museu. O prédio inova, entre outras propostas, ao conceber seu próprio jardim de entrada como área expositiva pensada de forma a se integrar com o centro de São Bernardo.

Desde o princípio, o Museu do Trabalho e dos Trabalhadores (MTT), como foi batizado, foi concebido como um espaço de valorização da riqueza e da diversidade das experiências dos trabalhadores e trabalhadoras comuns em seus locais de trabalho e moradia, em suas múltiplas formas de sociabilidade e de ação coletiva. Tendo como eixos transversais as relações de gênero, étnicas e geracionais, a narrativa do MTT foi pensada de modo a proporcionar uma reflexão crítica sobre o passado e presente dos trabalhadores da cidade, da região e do país, e incorporar as experiências concretas da população do ABC.

Articulando variados elementos da cultura material com os mais modernos recursos tecnológicos, a exposição de longa duração do MTT foi dividida em 4 módulos. Os espaços de chegada ao museu, que compõem o módulo I, são destinados a tematizar tanto as relações entre mobilidade e trabalho quanto a diversidade dos sujeitos envolvidos nesses processos e de suas concepções sobre o trabalho. O módulo II oferece aos visitantes múltiplos estímulos sensoriais que evocam diversas experiências dos trabalhadores em seus locais de trabalho, com destaque para aqueles representativos da história do ABC paulista. O terceiro módulo explora diferentes aspectos da cultura e do cotidiano da classe trabalhadora, em especial as dimensões da vida privada e comunitária. Por fim, o último módulo aborda as diversas dimensões da vida associativa, política e as lutas sociais que marcaram a trajetória do mundo do trabalho.

Instituições que se disseminaram a partir do século XIX, em um momento de fortalecimento da ideia do Estado nacional e de uma concepção de história elitista e patriarcal, com destaque para os "grandes heróis da nação", os museus, em geral e particularmente no Brasil, têm tido grande dificuldade em incorporar uma história social que reconheça a fundamental importância dos "de baixo" na trajetória das sociedades contemporâneas.

Seria, portanto, esperado que os setores conservadores dominantes, capitaneados por seus cães de guarda da chamada grande imprensa, reagissem com vigor a uma proposta inovadora que enfatiza a valorização dos mundos do trabalho e a importância da ação coletiva dos grupos subalternos. Local (*Diário do Grande ABC*) e nacionalmente (*Folha, Estadão, O Globo, Veja* – os de sempre) essa imprensa, desde do anúncio do projeto do museu, têm se empenhado em caracterizá-lo como uma obra faraônica a serviço do culto da personalidade do ex-presidente Lula. Os custos, a inutilidade, o absurdo de um projeto destinado a criar um "Museu do Lula" foram trombeteados a ponto da mentira tornar-se senso comum.

O exemplo mais recente é a matéria da *Folha de São Paulo* ("Candidatos a prefeito em São Bernardo rejeitam museu sobre Lula" de 10/9/2016). O texto causa indignação a quem, como eu, tem trabalhado na proposta do museu desde seu início. E é desrespeitoso com as dezenas de profissionais e acadêmicos, de várias universidades brasileiras e estrangeiras, que colaboraram na construção deste projeto.

Ao reproduzir a informação errada de que se trata de um "Museu do Lula", a reportagem é, infelizmente, um excelente exemplo do que há de pior no jornalismo brasileiro atual com sua perigosa mistura de parcialidade, ignorância e preguiça investigativa. Nem a Secretaria de Cultura de São Bernardo, nem os responsáveis pelo projeto ou pela produção do Museu sequer foram procurados pela jornalista. E, como visto, informações essenciais para a compreensão da proposta do Museu foram mais uma vez sonegadas. Neste contexto de demonização de Lula, a "reportagem" parece sob encomenda para os eternos vigilantes da reação. Não à toa foi reproduzida e comentada com gosto no sítio do PSDB e em blogs de direita extremada, do naipe de Diogo Mainardi, Mario Sabino et caterva.

Armando Mazzo, primeiro operário eleito, no Brasil, para prefeito em 1947, Santo André, SP

Entretanto, lamentavelmente, o MTT também é um exemplo de como os governos do PT têm tratado a luta ideológica e as disputas de valores na sociedade de forma burocrática e instrumental. Projeto estratégico para qualquer partido de esquerda que tenha por base social a classe trabalhadora, um museu como este mereceria muito mais discussão na sociedade e no campo progressista em geral.É entristecedor constatar que muitos militantes de esquerda, mesmo no ABC, não conhecem a proposta do museu, ou quando dela ouviram falar, reiteram que se trata mesmo do "Museu do Lula". Este discurso ganha ainda mais força com os problemas de gestão e as dificuldades financeiras que paralisaram a obra e relegaram o prédio a um constrangedor abandono durante meses.

Tratando o museu apenas como um "empreendimento" e não como ação política, os governos petistas enfraquecem a dimensão transformadora e criadora de uma cultura progressista e democrática que projetos como o MTT possuem. E sobretudo, esquecem-se que a fundamental disputa de valores na guerra cultural em que vivemos é, sobretudo, a velha e boa luta de classes. ★

***Paulo Fontes** é historiador e professor da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas (CPDOC/FGV). Uma versão ligeiramente diferente deste artigo, depois de recusada pela *Folha de S.Paulo*, foi publicada no sítio da revista *Carta Capital*, com o título de *Por um Museu do Trabalho e dos Trabalhadores em São Bernardo do Campo*.

Desafios e perspectivas

*Rafael Rossetto**

Durante a maior parte da história brasileira, o acesso à educação e à ciência foi um privilégio de uma pequena parcela da população. Por um lado, existiam poucas vagas e instituições de ensino, principalmente às de nível superior, e por outro, o conhecimento produzido dentro das universidades tinha pouca relação com a realidade e os interesses da sociedade, se tornando, na maioria das vezes, algo distante e abstrato.

Embora a constituição de 1988 estabeleça a educação como direito fundamental de todos e dever do estado, apenas com os governos Lula e Dilma o número de vagas no ensino superior e as possibilidades de acesso passaram a existir de forma significativa. Além da expansão das universidades públicas, foram criados mecanismos para garantir o acesso ao ensino superior nas instituições comunitárias e privadas, tais como o PROUNI e o FIES, que contribuíram para que milhares de jovens pudessem realizar o sonho de cursar uma faculdade e melhorar suas perspectivas de vida.

Se políticas como o PROUNI e o FIES contribuíram para facilitar o acesso do jovem trabalhador no ensino superior, também deixaram a desejar em diversos aspectos, principalmente por tirarem do Estado boa parte da responsabilidade sobre a gestão do ensino e na implementação de medidas que garantam a permanência do estudante, através da assistência estudantil.

Apesar do grande avanço na oferta de vagas no ensino superior, após os ciclos de governos petistas, ainda é expressivo o número de jovens entre 18 e 29 anos que não conseguiram ingressar em um curso superior, sendo que a situação se torna ainda mais preocupante quando consideramos o percentual daqueles que não conseguem concluir a graduação por dificuldades de permanecerem estudando.

As dificuldades encontradas pelo estudante para entrar e permanecer na universidade foram em parte supridas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que foi criado em 2008. No entanto, cabe ressaltar que os recursos do PNAES contemplam apenas as universidades públicas, deixando desassistidos milhares de estudantes de instituições privadas, que em sua maior parte, trabalham durante o dia para poder estudar no turno da noite, sendo poucas as IES privadas que possuem políticas próprias de assistência estudantil.

No que se refere ao modelo de educação, tanto nas escolas como nas universidades, pouco conseguimos avançar nos últimos anos, continuando, na maior parte dos casos, com uma "grade" curricular arcaica e engessada, distante da realidade dos estudantes e da comunidade, onde pouco se estimula a criatividade e o altruísmo. Nas recentes ocupações escolares, que ocorreram em diversos locais do país, fica evidente o anseio dos jovens em construir uma educação que seja de fato transformadora, e que contribua para o processo de emancipação das pessoas, fazendo com que as mesmas se tornem sujeitos coletivos da história, capazes de incidir nos rumos da sociedade, e não apenas receptores e transmissores de informação, que estão sendo preparados para o mercado de trabalho.

Após o golpe na democracia brasileira, liderado por Michel Temer, estamos passando por um período onde os direitos conquistados pela classe trabalhadora estão sendo colocados em risco, sendo que a educação é uma das partes mais afetadas. Em apenas alguns meses de (des)governo, os golpistas começam a implantar o desmonte educacional, reduzindo verbas nas universidades públicas e acabando gradualmente com programas como o PROUNI e o FIES.

Além disso, está em tramitação em diversas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, um projeto que vem sendo impulsionado pelas forças mais reacionárias do país, com a simpatia do governo ilegítimo de Temer, batizado de "Escola sem Partido", o qual preferimos chamar de "Lei da Mordaça", pois coloca em risco toda a construção da democracia dentro das escolas, sendo uma iniciativa de censura e perseguição à liberdade de expressão, impedindo a promoção de debates sobre temas importantes como história, política, gênero, direitos humanos e tornando-se um empecilho para a livre organização dos estudantes e dos professores.

O Movimento Escola Sem Partido surge ainda em 2004, por iniciativa do advogado Miguel Nagib, contando com o forte apoio das classes mais reacionárias do Brasil. No

ano de 2014, o deputado estadual do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro (PSC), apresentou o primeiro projeto de lei intitulado Programa Escola Sem Partido, que também foi defendido pelo vereador Carlos Bolsonaro (PSC) no legislativo da capital do RJ. A partir de então, o mesmo foi apresentado em dez estados brasileiros e no Distrito Federal, sendo aprovado em Alagoas, onde se tornou lei. Já foi retirado em Goiás e no Paraná. Dois dos projetos aguardam tramitação no Congresso Nacional: um na Câmara dos Deputados, o PL 867/2015 de autoria do deputado Izalci Lucas (PSDB), e outro no Senado Federal, o PL 193/2016 apresentado pelo senador Magno Malta (PR – ES).

Caso aprovados, estes projetos terão um impacto extremamente negativo no cenário da educação brasileira, nos levando a um retrocesso que mais parece com a época de auge da ditadura militar, onde professores e estudantes eram proibidos de falar sobre política e ideologia dentro das salas de aula. Como iremos contribuir com a formação de pessoas capazes de transformar a realidade onde estão inseridas, se as escolas não incentivarem a participação democrática e o debate político? Quase impossível.

É necessário, mais do que nunca, estarmos organizados em defesa dos direitos conquistados pelos trabalhadores, sendo o acesso à educação um deles, impedindo que as forças reacionárias, através de um governo ilegítimo, coloquem em risco os avanços que muito nos custaram para serem conquistados. Também precisamos colocar em pauta a construção de um modelo de educação libertador e emancipador, capaz de transformar as pessoas, como diz o companheiro Olívio Dutra, "em sujeitos da história, e não objetos".

Fora Temer! Seguimos na luta pela educação.

***Rafael Rossetto** é professor universitário e militante do Partido dos Trabalhadores do RS.

Combater o entreguismo, barrar as privatizações!

*Jorge Braga**

A categoria petroleira se encontra diante de um momento decisivo. Após um longo período de investimentos massivos, valorização da sua força de trabalho e ampliação da sua capacidade produtiva a Petrobrás se encontra ameaçada. Alvo de ação orquestrada de setores entreguistas nacionais e do capital internacional, sofre ameaça de desmonte total. Através dos ataques intensos da mídia, membros do judiciário, agências internacionais e da direita privatista buscam inviabilizar e privatizar o patrimônio da empresa.

No governo petista, iniciado em 2003, a Petrobrás adotou um projeto estratégico que visava o desenvolvimento nacional, com fortalecimento da empresa e seus fornecedores. Com a descoberta do pré-sal, tal projeto se aprofundou, com forte investimento para viabilizar a produção de óleo no novo campo, como também através da política de conteúdo nacional adotada.

Confirmado em 2008, o pré-sal é considerado uma grande fronteira exploratória e colocou as reservas de petróleo brasileiras entre as maiores do mundo. Hoje, já responde por quase metade da produção da Petrobrás com mais de 1,3 milhão de barris de petróleo por dia. Tal produção só foi possível graças a um plano de investimento robusto e ao imenso volume de crédito obtido junto a diversos credores internacionais.

A partir da descoberta do pré-sal, o olhar dos setores mais poderosos se voltaram para a empresa. A intensidade dos ataques de que sempre foi alvo se multiplicaram e as críticas à sua gestão estratégica, tratada como um estorvo à própria empresa, se tornaram cada vez mais difundidas. Pressionado, o governo muda a postura quanto à gestão da empresa, abandonando o viés estratégico e passando a adotar cada vez mais uma gestão de mercado para a empresa. O aprofundamento dessa visão mercadista fica evidente quando, ao nomear o conselho de administração da Petrobrás, a presidenta Dilma escolheu apenas agentes do mercado, contrariando a tradição da empresa de possuir ministros e secretários de Estado como membros do conselho.

Além dos ataques à empresa, a categoria petroleira também é alvo de diversas investidas, sob o discurso de que são marajás e são parte do motivo da "quebra" da empresa. Os ataques da grande imprensa muitas vezes utilizaram munição dada pelos diretores da empresa, que tentam acuar os petroleiros para que possam lhe ser suprimidos direitos e conquistas. Buscam para isso criar uma narrativa perante a sociedade de que os trabalhadores petroleiros são privilegiados e que tais "privilégios" não deve ser aceito pelo conjunto da classe trabalhadora.

Com a vitória do golpismo, a situação da Petrobrás, e para os trabalhadores desta tende a se agravar. O plano de privatização, que antes caminhava com timidez, agora é feito a toque de caixa. A nova lei da partilha, proposta por José Serra e aprovada com modificações pelo Senado, retirou da Petrobrás a operação única dos campos e abriu as portas do pré-sal para as empresas estrangeiras. Um exemplo de crime de lesa-à-pátria já cometido pela nova gestão da empresa, comandada agora por Pedro Parente, foi a venda do campo de Carcará, que tem reservas estimadas superiores a 1bilhão de barris, por US$2,5 bilhões. Tal situação é inusitada, pois retira da empresa uma área que vai ter larga exploração comercial nos próximos anos e que fortaleceria a presença da produção da Petrobrás no mundo.

Além da venda de Carcará, foram desativados diversos campos de produção terrestre no nordesde do país e no Espírito Santo, a área de produção de xisto betuminoso no Paraná e usinas de biodiesel. Estão em fase avançada de negociação o controle da BR distribuidora, malhas de gasodutos, termelétricas e terminais portuários.

Os sindicatos dos petroleiros tem buscado atuar nas diversas frentes possíveis, seja na institucionalidade, no meio jurídico ou na organização de base. Tem crescido nas direções sindicais a urgência no processo de unificação das lutas, buscando superar a fragmentação das bases petroleiras em torno das lutas comuns. A participação na Frente Brasil Popular possibilitou o fortalecimento da unidade dos sindicatos petroleiros, que devem construir a greve geral.

Apenas uma grande greve geral, organizada, com forte adesão e impacto na produção será capaz de reverter o processo de privatização e perda de direitos, seja para a categoria petroleira, seja para o conjunto dos trabalhadores brasileiros. Derrotar o golpismo é tarefa de toda a classe trabalhadora. A situação é grave, a solução é greve! ★

***Jorge Braga**, petroleiro e militante da Articulação de Esquerda

Barra Mansa

*Helbson de Avila**

Localizada no sul do Estado do Rio de Janeiro, a cidade de Barra Mansa pode se orgulhar por eleger seguidamente o PT nas eleições presidenciais desde a "redemocratização". O partido mantém reuniões regulares da executiva e diretório, alguns núcleos e uma militância efetiva. Isto fez do partido o mais votado nas eleições municipais 2012 para vereança.

A conjuntura construída ao longo desse período trouxe novo desafio para o PT local. A nova legislação eleitoral proíbe o financiamento empresarial das campanhas a partir desta eleição de 2016. Um grande avanço para conter a corrupção eleitoral. Lembramos que já no II Congresso da Articulação de Esquerda, realizado em 2015 no Instituto Cajamar (São Paulo), aprovamos que nenhuma candidatura de militantes orgânicos aceitaria este tipo de financiamento. Esta também foi a posição que defendemos nas instâncias partidárias e na segunda parte do 4º Congresso do Partido.

A ofensiva da direita sobre a classe trabalhadora conta com parte expressiva da burguesia que controla a mídia nacional e a omissão tendenciosa do judiciário, detém ainda grande parte das bancadas do Congresso Nacional, a chamada "bbb". Todas estas financiadas por grandes empresas e/ou empresários exploradores da fé que juntos operaram o golpe em curso. A marginalização das lutas sociais e a criminalização das esquerdas, sobretudo do PT, nos impõem o grande desafio de, para além de defender o partido, defender a democracia e lutar contra toda retirada de direitos.

A manutenção dos direitos sociais conquistados ao longo desses últimos 13 anos na gestão do PT somente poderá ser rea-

Professora Clarice, candidata a prefeita pelo PT

firmada e defendida se resgatarmos nossas bandeiras históricas e as alianças estratégicas com partidos que primam pela democracia. Mas isto somente se dará na atual conjuntura, se levarmos a cabo a resolução ainda que tardia da direção nacional do PT de não permitir alianças nas eleições municipais com candidaturas que votaram pelo impedimento da presidenta Dilma.

O PT em Barra Mansa mantendo o bom debate e a coerência com sua história, não viu alternativa se não apostar na candidatura própria e lançar chapa "puro sangue" com a prefeita e o vice-prefeito do PT. Após todos os trâmites do processo interno, a Professora Clarice assumiu o desafio de defender as bandeiras do PT.

Clarice Avila é dirigente sindical, militante do movimento negro e tem o apoio da companheira Inês Pandeló, condições que colocam nossa campanha em empate técnico com o segundo lugar com possibilidade de crescer. Nunca antes na história de Barra Mansa tivemos candidatos negros disputando cargo majoritário e a companheira Inês Pandeló foi a primeira mulher a disputar e ganhar a prefeitura da cidade, sendo a Professora Clarice a segunda mulher com chances de vencer.

Na corrida eleitoral Barra Mansa tem seis candidatos à prefeitura. PT, PSDB e PSL disputam com chapa pura. Os demais com coligações encabeçadas por PC do B, PMDB e PP, respectivamente.

Segundo pesquisa feita por nossos adversários para consumo interno no final do mês de julho, o primeiro lugar na disputa (PMDB) é apadrinhado do golpista Cunha e será alvo de ataque dos demais. Em empate técnico seguem PSDB e PT. Depois, embolados, estão PCdoB, PP e PSL.

Vale destacar que o prefeito atual (PCdoB) abriu mão de sua reeleição por ter sido afastado temporariamente da função pela justiça que investiga as verbas da saúde na cidade. A professora Clarice aparece como a única mulher e legitima representante da esquerda na cidade e servidora pública. Construímos nossa candidatura numa conjuntura desfavorável e que há bem pouco tempo parecia-nos inviável. Hoje sabemos que não será fácil mas criamos um lema: COM VOCÊ A VITÓRIA É POSSÍVEL! ★

Helbson de Avila é da Coordenação Nacional de Combate ao Racismo da AE

Articulação de Esquerda convoca 3º Congresso

O ataque às forças democráticas e populares não se encerrou com o golpe parlamentar de 31 de agosto de 2016. Após consumar a farsa política e jurídica que destituiu a presidenta eleita Dilma Rousseff e impôs um governo golpista, de restauração neoliberal e retirada de direitos, a ofensiva conservadora busca a todo custo interditar Lula e destruir o Partido dos Trabalhadores.

Em mais um inaceitável espetáculo midiático e judicial, setores do Ministério Público ofereceram uma denúncia contra o presidente Lula em que a “convicção” de seus procuradores é firmada, oficializada e publicizada mesmo com a reconhecida ausência de provas.

O Diretório Nacional do PT reunido nos dias 15 e 16 de setembro repudiou mais este ato de perseguição seletiva e uso político da operação Lava Jato, conclamando uma ampla mobilização popular em defesa de Lula e da democracia.

Devemos reforçar nos próximos dias e semanas as ações em todo o Brasil pelo “Fora Temer”, “Diretas Já” e “Nenhum direito a menos”. Devemos dar todo apoio à Paralisação Nacional convocada pela CUT e centrais sindicais, ação que conta com o apoio da Frente Brasil Popular e busca criar as condições para uma Greve Geral. E reafirmamos que nossas campanhas eleitorais constituem um instrumento importante de luta contra o golpe, em defesa da democracia e dos direitos.

O episódio de 14 de agosto, do MP contra Lula, reforça a gravidade do momento político e a urgência do Partido dos Trabalhadores reconquistar o apoio da classe trabalhadora e dos setores populares, renovar sua estratégia, programa e organização para estes tempos de guerra das elites contra a democracia e a classe trabalhadora.

Por isto defendemos a convocação imediata do VI Congresso (extraordinário) do PT, com plenos poderes para mudar os rumos do partido e eleger uma nova direção partidária. Discordamos da proposta de adiamento dos encontros do PT. Defendemos que se realize ainda em 2016 um Congresso extraordinário, com o processo de eleição de delegados e delegadas iniciando logo após o primeiro turno das eleições municipais.

A maioria do Diretório Nacional ainda resiste a isto. Iniciaram defendendo um PED no final de 2017 e terminaram adiando para o dia 7 de outubro, quando ocorrerá nova reunião do Diretório Nacional do PT, a decisão sobre a data e a pauta do Congresso.

Coerente com a posição que defende para o PT, a tendência petista Articulação de Esquerda decidiu convocar um congresso, onde vai debater qual proposta submeterá a debate no Partido.

O 3º Congresso da tendência petista Articulação de Esquerda será realizado de 12 a 15 de novembro de 2016, na sede nacional do PT em São Paulo e debaterá a seguinte pauta: 1)balanço do período encerrado com o impeachment; 2)a nova estratégia que propomos para o Partido dos Trabalhadores; 3)o papel da Articulação de Esquerda na disputa de rumos do PT; 4)eleição da direção e da comissão de ética.

A direção nacional da AE apresentará, até o dia 6 de outubro de 2016, um projeto de resolução para os três primeiros pontos de pauta. O regulamento do Congresso está disponível na página www.pagina13.org.br. ★

PARTIDO

É hora do VI Congresso

*Bruno Elias**

Nos dias 15 e 16 de setembro, o Diretório Nacional do PT realizou sua primeira reunião após a consumação do golpe parlamentar que destituiu a presidenta Dilma no Senado Federal. Além da luta contra o governo golpista, a reunião também debateu a decisão da maioria da executiva nacional do partido em cancelar a realização do Encontro extraordinário do PT, convocado para dezembro deste ano.

O dia anterior à reunião, no entanto, foi marcado por mais um capítulo da ofensiva da direita que tenta a todo custo interditar Lula e destruir o Partido dos Trabalhadores. Em mais um espetáculo midiático e ilegal da operação Lava Jato, setores do Ministério Púbico Federal ofereceram uma denúncia sem provas contra Lula e o PT em que prevaleceram a retórica canalha, a manipulação tosca de slides de power point e a violação do direito de defesa do ex-presidente.

O ocorrido implicou em mudanças na reunião do DN, que dedicou grande parte do seu primeiro dia ao ato político e à coletiva de Lula sobre o caso. Em nota aprovada na reunião, o Diretório Nacional repudiou a ação do MPF contra Lula e denunciou o envolvimento cada vez mais evidente dos "Torquemadas" de Curitiba na operação política, judicial e midiática que engendrou o golpe de Estado de 2016.

No debate de conjuntura que se seguiu, temas como a resistência ao governo usurpador, as mobilizações populares, o caráter da oposição do PT aos golpistas e a situação do partido nas eleições municiais foram abordados. Defendemos uma ampla mobilização popular em defesa de Lula e da democracia e o reforço nos próximos dias às ações em todo o Brasil pelo "Fora Temer", "Diretas já" e "Nenhum direito a menos".

Coerente com a oposição implacável que devemos fazer ao governo golpista é fundamental darmos todo o apoio à Paralisação Nacional convocada pela CUT e centrais sindicais no dia 22 de setembro e as ações que contam com o apoio da Frente Brasil Popular e buscam criar as condições para uma Greve Geral. No mesmo sentido, as campanhas eleitorais do partido devem estar sintonizadas com a luta contra o golpe, em defesa da democracia e dos direitos.

O roteiro construído pela direita está claro: o ataque às forças democráticas e populares não se encerrou com o golpe parlamentar de 31 de agosto. Para acabar com a democracia, os direitos sociais e a soberania, as elites decidiram destruir Lula e o PT. Portanto, para dar conta de responder a este grave momento político, devemos lutar pela mudança imediata dos rumos do PT e a eleição de uma nova direção partidária.

É com este sentido de urgência que encaramos o debate sobre o cancelamento do Encontro extraordinário. O PT deve lutar para reconquistar o apoio da classe trabalhadora renovando sua estratégia, programa, organização e direção partidária. Para tanto, devemos dar sinalizações firmes e urgentes de mudanças e não adiá-las em uma "fuga para frente" que tem se mostrado tão nociva para o nosso partido.

Diante disso, não só discordávamos da proposta de adiamento do Encontro do PT como defendíamos a convocação imediata do VI Congresso, com plenos poderes para mudar a política e eleger uma nova direção. Por sua vez, a maioria partidária não admitiu sequer a proposta apresentada pelo presidente do PT e por Lula de convocar um Congresso plenipotenciário que elegesse uma nova direção no primeiro semestre de 2017.

Na verdade, caso esta proposta de Congresso não tivesse encontrado apoio em amplos setores do partido, a maioria estava disposta a apresentar um calendário em que todas as atividades partidárias ocorreriam apenas em 2017, tido como um idílico "ano de organização do PT". Os argumentos burocráticos para os sucessivos adiamentos nunca levavam em conta a gravidade do momento político e só comprovam o descolamento da atual maioria da vida real do partido e do país.

Depois de um difícil debate, o DN decidiu antecipar a renovação das direções partidárias para o primeiro semestre de 2017. Decidiu ainda pela Convocação do VI Congresso do PT, cujos debates preparatórios se iniciam em dezembro deste ano. No entanto, a decisão final sobre a pauta e calendário final do Congresso - inclusive se o mesmo elegerá a nova direção do partido ou se manteremos o questionado mecanismo do PED – foi remetido para uma próxima reunião do Diretório Nacional no dia 7 de outubro.

Ao final da reunião, o Partido aprovou uma nota em que afirma o PT "não faltará a mais um chamado da história". Tão importante quanto não faltar a este chamado, é não responder tarde demais ao grave momento que vivemos. Depois de sofrer um golpe de Estado, ter nossa maior liderança ameaçada de interdição política e nosso partido acusado como organização criminosa, até quando a maioria do PT quer esperar? ★

Bruno Elias, secretário de movimentos populares do PT